

Finança capitalista: agentes institucionais, capital em geral e crítica.

The capitalist finance: institutional agents, capital in general and critique.

Autor:

Leonardo Ferreira Guimarães

Mestrando em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e bolsista da Coordenação para Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Submissão: Sessões Ordinárias

Área: Economia Política, Capitalismo e Socialismo.

Subárea: Capitalismo contemporâneo.

Endereço:

Rua Vanderlei, 331.

Bairro: Perdizes CEP: 05011-000

São Paulo/SP

Telefones:

(11) 98326-5186

(11) 96830-6119

Endereço eletrônico:

leonardo.ora@gmail.com

XVII Encontro Nacional de Economia Política – Sessões Ordinárias.
Área – Economia Política, Capitalismo e Socialismo.
Subárea – O capitalismo contemporâneo.

Finança capitalista: agentes institucionais, capital em geral e crítica.

The capitalist finance: institutional agents, capital in general and critique.

Leonardo Ferreira Guimarães¹

Resumo:

O objetivo geral deste trabalho é discutir a pertinência da noção de dominância financeira para tratar do capitalismo recente e, como objetivo secundário, a questão da autonomia da finança. Portanto, serão tratadas aqui as abordagens dos seguintes autores: na primeira seção Gérard Duménil e Dominique Lévy; na segunda seção François Chesnais e na terceira seção a crítica feita a eles por Eleutério Prado. Nas duas primeiras seções serão tratadas as distinções no estatuto teórico da finança dos respectivos autores, buscando ampliar o rigor da questão por meio do recurso aos elementos críticos postos por Prado. Enquanto Chesnais faz um tratamento que parte do conceito marxista de capital em geral, Duménil e Lévy enfocam as transformações no capitalismo a partir da noção de agentes institucionais e frações de classe, sendo a finança a mais alta dessas frações. A crítica de Prado se centra mais sobre o segundo ponto. É sobre esses registros teóricos que versa o presente artigo.

Palavras-chave: dominância financeira; capital fictício; agentes institucionais e capital em geral.

Abstract:

The main goal of this paper is to discuss the relevance of the concept of financial dominance to analyze the contemporary capitalism and, as a secondary objective, the issue of the autonomy of finance. Hence, here will be analyzed the approaches of the following authors: in the first section Gérard and Dominique Lévy Duménil; François Chesnais in the second section and, on the third section, the critique that Eleutério Prado makes of their perspective. In the first two sections will be treated the theoretical distinctions of finance for the respective authors, seeking to increase the rigor of the issue with critical elements lay by Prado, at the third section. While Chesnais makes a treatment that part of the Marxist concept of capital in general, and Lévy Duménil focus on the transformations in capitalism from the notion of institutional agents and class fractions, with the finance as the highest of these fractions. The Prado's critique focuses more on the second point. This paper it is made over these theoretical issues.

Keywords: financial dominance; fictitious capital; institutional agents and capital in general.

¹ Mestrando em Economia Política pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

INTRODUÇÃO

“Quando você pensa que pode criar algo do nada, é muito difícil resistir”.
- Lee Hsien Loong, primeiro ministro de Cingapura - Inside Job

Desde o final da década de 1990, diversos países capitalistas vêm sofrendo crises recorrentes e, dentre esses, alguns países do centro. Essas crises aparentam ter como elemento comum suas ligações com o comportamento das bolsas de valores e instituições financeiras. Em 2007 iniciou-se nos Estados Unidos a crise que se alastrou e permanece até os dias atuais, sempre com novas emergências e fenômenos. Esses fenômenos aparecem em um momento caracterizado pela efetivação sem limites do mercado mundial, tal qual Marx teorizou há mais de um século. A abrangência da crise atual dentro desse mercado mundial e sua ligação com a “esfera financeira” são as grandes questões que inspiraram a necessidade desta investigação.

Ademais, o aspecto inédito que a dimensão das finanças tomou é mais do que suficiente justificativa para o estudo teórico aprofundado de sua constituição. Sobre isso, François Chesnais e outros marxistas franceses² pontuam a necessidade de compreender o distanciamento entre os fluxos internacionais destinados aos ativos financeiros (sobretudo especulações com o câmbio de divisas) e intercâmbios de mercadorias. Essa questão será tratada na segunda seção deste trabalho. Compõem exemplos do impacto da dinâmica financeira no capitalismo recente tanto a crise global de 2008 e sua expansão, como fenômeno, na “crise da dívida” dos países europeus (CHESNAIS, 2011) quanto as constantes explosões de bolhas financeiras que acometeram os países da periferia do globo nas décadas de 1980 e 1990. Esse aspecto justifica o esforço de compreender traços que fundamentem o regime atual, diretamente do ponto de vista da relevância para a sociedade no entendimento de suas crises.

Em duas décadas ocorreram quatro crises substantivas em países centrais na condução do capitalismo mundial³. Além disso, todas essas crises foram associadas, pelas análises correntes,

² Especificamente, o grupo ao qual doravante se refere simplesmente como marxistas franceses consiste em um determinado conjunto de autores que compartilham diversas publicações, sobretudo organizações de artigos como (CHESNAIS, 2005) e (CHESNAIS, 2010), são eles: François Chesnais, Gérard Duménil, Dominique Lévy, Michel Husson, Dominique Plihon, Claude Serfati etc. Esses autores, embora possuam alguns problemas em comum (com o a questão da dominância financeira) e compartilhem também da influência de Marx, não possuem uma solução homogênea para essas questões, como será visto no caso particular de Duménil e Lévy em comparação com Chesnais.

³ As quatro crises dessas duas décadas são: a crise japonesa, no começo dos anos 1990; a crise deflagrada nas empresas de tecnologia, conhecida como “crise das .com” ; a crise iniciada nos mercados de derivativos hipotecários “subprime” e a crise da dívida europeia. Existe um longo debate sobre esse assunto e a relação entre tais crises. Já a relação entre crise de 2007/2008 e a crise da dívida europeia não é alvo de muitas controvérsias; no entanto, a ligação dessas com a crise japonesa de das “pontocom” é alvo de debates. A interpretação subjacente aqui é que todas essas crises são parte de um mesmo movimento iniciado com a crise dos anos 1970, sobretudo com a forma utilizada para a recuperação do capitalismo. A forma de recuperação envolveu fornecer ampla liberdade às transações internacionais, sobretudo transações com divisas, derivativos e ações, o que, na interpretação deste artigo, é uma forma de evitar o colapso da

como decorrentes de fatores financeiros ou monetários, explosões de bolhas ou acúmulo de dívidas. Cabe responder que medida tais questões são meras ilusões da aparência ou respondem a momentos essenciais do capitalismo contemporâneo que posicionam a finança como eixo dominante.

Dessa feita, algum recorte deve ser procedido em meio a tantas diferentes análises e conclusões sobre as décadas mais recentes do capitalismo. Neste trabalho o eixo central se dará em torno da noção de dominância e autonomia financeira. Longe de ser exaustivo, este artigo trata exclusivamente das leituras de Gérard Duménil, Dominique Lévy e François Chesnais sobre o estatuto hodierno da finança, por fim, será levantada a crítica que Eleutério Prado procede ao rejeitar ambas as teses sobre a dominância financeira.

O objetivo da primeira seção é pontuar o tratamento dado por Duménil e Lévy a respeito dos agentes e da política como delimitação central das transformações econômicas recentes. A partir dessa perspectiva esses autores irão concluir que existem separação e embate de frações classes autônomas entre si: os capitalistas industriais e a finança. Diante disso muitas críticas são cabíveis e serão exploradas a partir de Prado, na terceira seção.

Na segunda seção é tratada a análise teórica feita por François Chesnais sobre o capitalismo recente e o papel da finança neste. A principal obra utilizada é seu livro *A mundialização do Capital*, por ser esta a obra mais abrangente e que já introduz em sua análise a noção de capital fictício, ainda de modo embrionário e pouco desenvolvido. Adicionalmente, é considerado um artigo de sua autoria datado de 2005, no qual ele pontua teoricamente a distinção entre as seguintes categorias: capital portador de juros e fictício na obra de Marx e *capital de placement*⁴. No entanto, para a finalidade de contestar a crítica feita por Eleutério Prado, somente será necessário trabalhar com a parte em que Chesnais faz o tratamento do capital portador de juros. Infelizmente, a limitação de espaço desse artigo não permitirá explorar as demais categorias, das quais Chesnais faz um tratamento bastante adequado em seu artigo.

A terceira seção explora a crítica que Eleutério Prado faz da noção de dominância financeira. O objetivo dessa seção é avaliar criticamente a pertinência da noção de finança e, para isso, a crítica de Prado parece ser adequada. Na última seção, algumas considerações finais serão tecidas em torno das exposições anteriores, tentando fornecer alguma avaliação sobre a adequação

acumulação capitalista através da criação descontrolada de capital fictício. Destarte, adiou-se a queima de capital necessária para recuperação das taxas de lucro e dos processos de acumulação, produzindo uma cadeia da qual as crises recentes fazem parte, juntamente com as crises constantes na periferia do capitalismo desde a década de 1980. Essa é uma interpretação usual entre marxistas e é aquela que pode ser subentendida neste artigo.

⁴ *Capital de placement* poderia ser traduzido como capital de aplicação e se trata de uma categoria que responde aos movimentos mais concretos daquilo que, em outros momentos, Chesnais chama pelo termo mais genérico de “finança”. Na tradução brasileira de *A Finança Mundializada* (CHESNAIS, 2005), esse termo aparece traduzido como capital portador de juros; aqui se opta por manter o original em francês, para não gerar confusão entre essa categoria com capital portador de juros, tal como Marx constitui no livro III de *O Capital*.

ou não da ideia de dominância financeira e sobre qual o estatuto teórico mais rigoroso para tratar desse assunto⁵.

1. GERÁRD DUMÉNIL E DOMINIQUE LÉVY – atores político-econômicos e a hegemonia da finança.

Esses autores enxergam os momentos do capitalismo a partir de sucessões de distintas fases⁶, dominadas por distintos consensos políticos, iniciados e terminados por grandes crises. Cada consenso político é, para eles, um acordo entre frações de classe da burguesia, demarcando a forma de condução do capitalismo em cada período. As duas frações de classe as quais eles dão maior relevância em seus trabalhos são a burguesia industrial e a burguesia financeira; à burguesia financeira, nomeada por eles como a fração de classe mais elevada da burguesia, eles chamarão simplesmente “a finança”. Na maior parte dos textos a distinção aparece feita como se segue: 1865-1890, período da grande recessão (DUMÉNIL e LÉVY, 2003a); 1890-1929: primeira hegemonia da finança; 1929-1945, período de transição com a grande depressão seguida pela segunda guerra mundial; 1945-1979: período do consenso keynesiano (ou consenso *cadraste*⁷, como preferem os autores) e o período que vai de 1979 até a atualidade como segunda hegemonia da finança, ou consenso neoliberal. (DUMÉNIL e LÉVY, 2011)

A partir deste ponto de vista que privilegia a política e a noção das frações do capital como agentes políticos é que se define o sentido das noções de autonomia e dominância financeira nesses autores. Com efeito, eles consideram que cada um desses agentes é dotado de uma autonomia relacionada à particularidade de seus interesses políticos e as diferenças entre as instituições que os representam. A finança, particularmente, além de possuir essa autonomia institucional, é considerada como sendo nos dias atuais a fração superior, capaz de dominar as demais frações do capital; como se pode exemplificar no que se segue:

Por ‘finança’ nós entendemos: a fração superior da classe capitalista e suas instituições financeiras, encarnações e agentes de seu poder [...]. A finança é um

⁵ No entanto, isso se restringe aos autores em questão neste trabalho, tendo em vista que existem outras análises disponíveis sobre o assunto e que são rigorosas, mas que os limites desse artigo não permitem tratar. À critério de exemplo, o trabalho feito pelos economistas marxistas da Universidade Federal do Espírito Santo pode ser tomado como uma alternativa rigorosa para esse assunto: (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999); (CARCANHOLO, 2001) e (CARCANHOLO e SABADINI, 2008).

⁶ Cf. (DUMÉNIL e LÉVY, 2003a, p. 18)

⁷ Duménil e Lévy apontam que, neste período “los ejecutivos y empleados hacían su trabajo de organizadores en las empresas. Si su papel político no se afirmó de manera autónoma, desempeñaron un papel clave en la formación del compromiso que se estableció entonces, y que favoreció su emergencia histórica. Tal compromiso garantizó algunas protecciones al sector tradicional y algunas ventajas para la clase obrera, y abrió la vía al sector financiero y a la nueva gran firma que podemos calificar como gerencial –que llamamos *cadraste* (cuadrista).” (DUMÉNIL e LÉVY, 2007) Ou seja, consenso *cadraste*, consenso gerencial ou consenso keynesiano é tratado pelos autores como um compromisso político entre executivos e trabalhadores no interior do Estado.

agente, ou, se preferir, um ator, tanto econômico como político, em ação na história do capitalismo. É um objeto social que reúne dois elementos: (1) uma fração da classe capitalista, (2) um conjunto de instituições (os bancos e, incluídos no capitalismo moderno, o banco central e instituições não-bancárias, nacionais ou internacionais como o Fundo Monetário Internacional, os fundos [mútuos, de investimento e de pensão] etc.). (DUMÉNIL e LÉVY, 2011, p. 187, grifos do autor)

De modo consonante com a definição institucional e política da finança está a definição utilizada para a noção de fases do capitalismo. Por fases eles compreendem um acúmulo de novos desenvolvimentos que tem na forma particular de consenso político suas principais características. Adicionalmente, a luta de classes como motor da história, a dialética entre forças produtivas e relações de produção e as mudanças na técnica constituem nesses autores marxistas um dos principais eixos analíticos (DUMÉNIL; LÉVY, et al., 2003, p. 93-115). A partir disso, eles destacam quatro fatores para delimitar a noção de fases no capitalismo: A forma utilizada para superar uma crise estrutural do período anterior; as particularidades técnicas e institucionais entre as fases; as mudanças na gestão do capital; a evolução da forma de propriedade. (DUMÉNIL e LÉVY, 2003a, p. 15-40).

Destarte, compreender a forma utilizada para sair da crise do período anterior se torna uma questão fundamental para compreender o período mais recente e sua crise. Duménil e Lévy definem o período anterior como marcado pelo “consenso keynesiano”, que se trata de um consenso político entre o Estado e a fração industrial da burguesia. Esse período é apontado por eles como um período no qual a finança está “reprimida”, os assalariados e o Estado também são tidos como parceiros dos gestores, em uma compreensão que pode ser tida como certo saudosismo dos “anos dourados” do capitalismo⁸. Essa fase do capitalismo teve sua crise caracterizada por um largo crescimento do desemprego, propagado pela redução nos níveis de acumulação de capital, expresso no decréscimo do investimento e da produção. Esse último aparece como decorrente da queda na rentabilidade do capital, visível pela queda nas taxas de lucro⁹. Tal é uma leitura que decorre diretamente da utilização da categorização marxista de uma crise como decorrência da tendência decrescente nas taxas de lucro.

Como forma de saída da crise houve a abertura internacional da economia, estabelecida a partir da desintermediação e descompartmentalização das atividades financeiras, e de modo mais geral da desregulamentação por parte dos Estados. A descompartmentalização e desintermediação, sobretudo, permitiram o crescimento descontrolado dos agentes institucionais não-bancários da

⁸ “Não obstante as nostalgias, não haverá retorno a um capitalismo de padrões individuais [...]. Essas evoluções parecem amplamente irreversíveis, mas elas não ditam mecanicamente as relações de poder que dependem das lutas (de classe). No período da repressão financeira [consenso keynesiano ou cadriste], o emprestador e o acionista apareciam, entre outros, como parceiros dos gestores talvez ainda preeminentes, ao lado dos assalariados e do Estado” (CHESNAIS, DUMÉNIL, et al., 2003, p. 36-37)

⁹ “As taxas de lucro, que atingem mais de 20% no início dos anos 1960, caem para cerca de 12% em 1982 ou 1983.” (DUMÉNIL e LÉVY, 2003a, p. 18)

finança (principalmente os fundos mútuos, de pensão e de hedge, além dos grandes grupos de acionistas). Isso ocorre após gerar nesses agentes não somente a independência dos bancos como principal agente intermediador, mas a possibilidade de negociar ativos que antes eram exclusividade dos bancos, como o crédito ao consumidor final. Como Chesnais assevera, após esse processo, o tamanho dos novos agentes institucionais da finança fez até mesmo os maiores bancos comerciais parecerem anões - nesse ponto ele e Duménil e Lévy estão de acordo.

Para eles, novamente demarcando o teor mais político da análise, a fase recente do capitalismo pode ser caracterizada pela forma do neoliberalismo, sob a hegemonia mundial dos Estados Unidos e da finança como ator político e econômico, autônomo e superior. Disso decorre uma constante imbricação em seus textos entre a noção de neoliberalismo, hegemonia da finança e a atualidade do capitalismo, tal imbricação pode levar o leitor a compreender as três coisas como sendo uma só. Algo que pode ser visto na própria definição de neoliberalismo proposta:

A tese central deste livro é que o neoliberalismo é a expressão do desejo de uma classe de proprietários capitalistas e de instituições nas quais se concentram seu poder, conjunto o qual nós denominamos ‘finança’ [...]. Longe de ser inevitável, isso [a ocorrência do neoliberalismo] foi uma decisão política. (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 2. Tradução própria)¹⁰

Ao analisarem o marco de entrada nesse período eles reforçam ainda mais o movimento anterior:

Quando o capitalismo neoliberal se impôs ao mundo? Apesar da continuidade das transformações e de suas múltiplas facetas, a transição dos anos 70 aos anos 80 foi marcada por um acontecimento emblemático na nova ordem social: a decisão, em 1979, do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (o FED), de elevar a taxa de juros ao nível requerido para eliminação da inflação, não importando os custos nos países do centro e da periferia. Nós denominamos essa decisão o golpe de 1979, pois se trata de uma violência política. O que se seguiu esteve à altura desse primeiro passo: controle dos salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, onda de desemprego, crescimento lento e crises recorrentes nos países da periferia, deslocalização das empresas, elevação das tensões internacionais e novo militarismo. (DUMÉNIL e LÉVY, 2005, p. 85. Grifo nosso)

Utilizar a denominação capitalismo neoliberal para caracterizar o capitalismo recente pode ser interpretado como uma forma de hipostasia da política no econômico. Isto é, considerar a dimensão político-ideológica (contida na noção de neoliberalismo) como determinação central do econômico, o que, de certo modo, inverte a própria noção de materialismo. Com efeito, pode-se posicionar alguma crítica a esses autores, a partir de uma defesa do materialismo-histórico – declaradamente utilizado pelos autores – em parte, esse é um dos caracteres centrais da crítica de Eleutério.

¹⁰ “A central thesis of this book is that neoliberalism is the expression of the desire of a class of capitalist owners and the institutions in which their power is concentrated, which we collectively call ‘finance’ [...]. Far from being inevitable, this was a political decision.”

Adicionalmente, a entrada no período recente é, para Duménil e Lévy, dada por uma forma de violência política, não pelo movimento interno das contradições do capital. Ademais, o golpe é marcado pela decisão unilateral de uma política econômica de elevação da taxa de juros, exercida pelo então presidente do FED. Mesmo que percebam que o FED, em conjunto com o banco da Inglaterra, podem ser considerados os bancos centrais mais independentes do governo, além de serem ferramentas e aliados incontestes do grande capital internacional, Duménil e Lévy não fazem a transição para o tratamento a partir da própria dinâmica do econômico. Portanto, falar de violência política, golpe, e capitalismo neoliberal talvez possam ser considerados formas de obstar a compreensão do poder econômico do capital em geral e de sua acumulação que a tudo ultrapassa; e esse é outro dos pontos centrais da crítica de Eleutério Prado, que será tratada na terceira seção.

Por outro lado, eles ressaltam a transição nas formas de propriedade do capital, que passa de uma propriedade individual (coincidente com a gestão) a uma forma social de propriedade. Ao fazerem isso abrem uma porta para enfatizar a ampliação do grau de generalidade na existência do capital e em seu formato de influência sobre os produtores individuais. Recorde-se aqui dos capítulos nove e dez do livro três d'O Capital de Marx. Nestes capítulos se percebe como a concorrência e a pluralidade dos capitais carrega uma tendência à equalização das taxas de lucro e como isso pode ser interpretado como a dominância lógica do capital em geral sobre os capitais em suas existências particulares. No mesmo sentido pode ser interpretada a primeira seção do livro dois e o primeiro capítulo de "Gênese e Estrutura do Capital de Marx" de Rosdolsky coloca estas questões de modo bastante explícito. Com isso, Duménil e Lévy abrem um flanco para abordar a questão de como o capital em geral se torna mais importante justamente com essas transições na propriedade do capital, embora eles não tenham se atentado para essa questão, nos textos aqui analisados.

A socialização da propriedade do capital, já existente no século XIX e tratada por Marx, é ampliada de maneira ímpar no processo de recuperação da crise dos anos 1970. Destarte, a gestão do capital se torna ainda mais técnica e focada no processo de valorização do capital da empresa, ainda que seja uma valorização financeira (fictícia) na parcela mais relevante dos casos. Esse processo pode ser analisado como um equivalente, no ramo da propriedade dos capitais, ao que foi dito acima a respeito da concorrência entre capitais e, portanto, reforçando ainda mais a importância do capital em geral nesse processo. Novamente, deve-se ressaltar que as análises de Duménil e Lévy, apesar de ressaltarem a questão das mudanças na forma de propriedade, não analisam o processo do capital em geral.

Um último ponto que deve ser abordado a respeito de Duménil e Lévy também diz respeito à forma de recuperação da crise. Além dos movimentos de liberalização dos mercados financeiros, do aumento de poder da finança, da força de seu consenso com o Estado e das modificações nas

formas de propriedade do capital, deve-se tratar também da forma de recuperação da lucratividade do capital.

Esses autores irão divergir de Chesnais, que tributa ao caráter fictício da acumulação capitalista atual o principal determinante da recuperação da rentabilidade capitalista. Duménil e Lévy, por outro lado, irão dar certo relevo às novas tecnologias como elementos centrais na reversão do quadro de tendência decrescente verificado no período 1960-1979. Esses dois autores ressaltam dois tipos distintos de inovação tecnológica: inovação tecnológica chamada por eles de “à la Marx”, que faz aumentar a composição orgânica do capital e decair a taxa de lucro do sistema; no entanto, eles identificam uma outra forma de mudança tecnológica, ocorrida no período posterior à primeira guerra mundial e no pós-década de 1980. Esse segundo tipo de mudança tecnológica seria capaz, na visão dos autores, de economizar tanto em trabalho vivo quanto em capital, elevando as taxas de lucro. (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 29-37)

Esse curso particular do progresso tecnológico [o curso padrão, de elevação da produtividade pelas vias da mecanização], carregado com massas crescentes de capital [constante], foi compreendido por Marx em meados do século XIX. Ele o colocou no centro de sua análise da tendência decrescente da taxa de lucro, no livro III do Capital. Por essa razão nós chamamos de “progresso tecnológico *à la Marx*” o progresso no qual o capital aumenta não somente com relação ao trabalho utilizado, mas também em relação ao produto – menos e menos trabalho, mas relativamente a mais e mais máquinas. O período de declínio na produtividade [...] entre as décadas de 1960 e 1980] deve ser chamado de período *à la Marx*. [...] Esse curso desfavorável do progresso tecnológico não é permanente. Uma investigação histórica indo mais atrás no passado revela que os Estados Unidos saíram da primeira guerra mundial em uma posição bastante vantajosa no que diz respeito à velocidade e às formas de mudança tecnológica [...]. Progresso tecnológico real foi demonstrado em todos os níveis: de um ano ao próximo menos trabalho e capital eram necessários por unidade produzida. A taxa de lucro se ampliou, mesmo que os salários reais estivessem aumentando de modo particularmente rápido. A queda na taxa de lucro, portanto a queda na velocidade da acumulação, portanto o crescimento insuficiente do emprego, portanto o desemprego, devem ser atribuídos ao desaparecimento dessas características vantajosas da mudança tecnológica. (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 33-36, tradução nossa)

Portanto eles asseveram que o crescimento do desemprego não pode ser explicado pelo progresso técnico, mas pela queda do “progresso favorável”, do progresso “não à la Marx”. Com efeito, aparece uma dificuldade para as análises marxistas correntes, que vêm nas mudanças técnicas uma forma de reduzir a utilização de trabalho vivo e, portanto, criação de desemprego.¹¹ Eles argumentam, com bases em uma extração particular de dados que houve um declínio tecnológico no período de aumento do desemprego. Para eles, o desemprego deve ser explicado por uma queda no nível de crescimento da economia e, portanto, o período neoliberal é para eles

¹¹ João Machado Borges Netto explica esta questão de forma mais clara, da seguinte forma: “segundo os termos usuais, o que Duménil e Lévy dizem quando falam que o progresso técnico não é *à la Marx* é que o barateamento dos meios de produção compensa a elevação da composição técnica do capital; esta hipótese é admitida, embora não seja privilegiada por Marx; por isto eles dizem que não é *à la Marx*.” (em comunicação pessoal)

um período de estagnação econômica. Podem-se questionar duas questões: suas análises são baseadas em bases de dados e metodologias não citadas ou explicadas; ao contrário do que Duménil e Lévy apontam, no capítulo nove do Livro III Marx aponta para a possibilidade de um progresso que não intervém na composição orgânica do capital, um progresso nos processos de trabalho capaz de ocorrer sem a necessidade de aumento no capital constante.

Conforme apontam, a razão para o desemprego e a redução do nível de atividade da economia seria justamente a queda de um progresso tecnológico específico. Em um diagrama as implicações lógicas são postas da seguinte forma: “lento progresso tecnológico -> queda na taxa de lucro -> redução da velocidade de acumulação -> desemprego” (DUMÉNIL e LÉVY, 2004, p. 32).

Em suma, as análises de Duménil e Lévy apresentam um caráter bastante híbrido, não podem ser consideradas como análises calcadas em uma leitura tradicional d'O Capital, muito embora tratem de luta de classes e materialismo histórico. Aparentam também certo “saudosismo” do período “cadriste” ou keynesiano do capitalismo, todavia, apontam para a impossibilidade histórica de se retornar à forma anterior de propriedade do capital. Por fim, os agentes (institucionais) são centrais em sua análise, de modo que pode ser interpretado como um empréstimo keynesiano, o que marca suas diferenças com relação à Chesnais e à crítica de Prado.

2. FRANÇOIS CHESNAIS – mundialização e capital.

Muito embora Chesnais principie seu trabalho seminal (CHESNAIS, 1996), pela emergência de uma nova fase do capitalismo e resolva a história do capitalismo como sucessão de fases – tal como Duménil, Lévy – o *leitmotiv* está posicionado na compreensão do capital mundializado. Em outros termos, não são os agentes que encontram o lugar central em seu trabalho, mas o capital em geral, conforme tratado por Marx.

Um imperialismo, centralizado nos Estados Unidos como portador da maior parcela da riqueza financeira internacional, e seguido pelos países do G7 toma, para Chesnais uma nova face bastante distinta do imperialismo britânico do século XX. Diferentemente de Duménil e Lévy, Chesnais foca seu olhar não somente na ampliação da magnitude global da finança e na transição que esta sofre ao passar do sistema bancário para os agentes institucionais, tal como definido na seção anterior. Para Chesnais a mudança opera na consolidação de um mercado mundial regido por um capital globalmente centralizado e que opera a partir de uma gestão impessoal e, muitas vezes, anônima.

[...] Não é mais Henry Ford ou um Carnegie e sim o administrador praticamente anônimo (e que faz questão de permanecer anônimo) de um fundo de pensão com

ativos financeiros de várias dezenas de bilhões de dólares, quem personifica o ‘novo capitalismo’ de fins do século XX. [...] Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social da riqueza. [...] Essa ‘dinâmica’ específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à ‘inflação do valor dos ativos’, ou seja, a formação de ‘capital fictício’. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos de seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. (CHESNAIS, 1996, p. 15)

Embora trate dos mesmos objetos que seus colegas franceses, a mudança de foco aponta algumas questões teoricamente relevantes. Ao observar os mesmos fenômenos que os autores anteriores, Chesnais marca a mudança na repartição da riqueza, mas é pontuar a criação de “capital fictício” que marca um caráter bastante original para o período em que foi escrito. Todavia, neste momento de sua obra, Chesnais ainda não aprofunda a utilização da categoria capital fictício, mas já é presente a percepção da predominância atual de uma riqueza sem substância de trabalho abstrato. Por outro lado, mesmo expondo que a criação de dívida pública tenha como base uma transferência de valor a partir do Estado, ele ainda não mostra como essa é uma forma de capital fictício, a primeira a ser descrita por Marx.

Todavia, ainda n’A Finança Mundializada (CHESNAIS, 2005) persiste algum tratamento do agente institucional da finança. O que marca a conjugação de diferentes complexos que perfazem as determinações do concreto. O “curto-prazismo” da lógica financeira também é ressaltado por ele. No entanto, o tratamento do capital em geral, em Marx, mostra como esse “curto-prazismo rentista” possui um caráter geral, como nos momentos os quais o capital engendra a ilusão do enriquecimento fora da produção. A necessidade constante de reduzir o tempo de rotação do capital (o que aumenta a velocidade de acumulação) pode ser interpretada como uma face geral do “curto-prazismo”, que encontra no rentismo uma forma mais acabada.

Em outros termos, tanto a lógica “curto-prazista” quanto o rentismo não são traços psicológicos dos capitalistas atuais, mas uma imposição do próprio processo de competição no qual o capital em geral faz valer suas necessidades. Não são esses traços particulares da atualidade, mas uma busca constante do capital, desde seu princípio. O que ocorre e perfaz de idiossincrasias o capitalismo contemporâneo é a formação de um ágil mercado mundial e o espalhamento das possibilidades de ganhos rentistas. A partir disso, o capital pode se associar com suas demandas mais excrescentes¹².

O termo utilizado por Chesnais e título de seu livro (A Mundialização do Capital) denota,

¹² Excrescência é uma palavra que descreve um processo, em geral fisiológico, de fazer crescer de maneira excedente uma dada parte do corpo, formando uma protuberância exterior, como uma trigésima quarta ou quinta vertebra na coluna. Aqui ela descreve o crescimento das demandas capitalistas além de seus limites iniciais, demarcando o movimento desmedido (*Masslos*) do capital.

ao mesmo tempo, a consolidação de um mercado mundial, que devém em foco dos grandes oligopolistas e das instituições financeiras e a integração dos mercados internacionais, a partir de um movimento de abertura e liberalização. Em outros termos, é algo além da internacionalização do capital ocorrida na década de 1950 e antes. A questão fundamental é a criação de um mercado mundial expandido para todo e qualquer grande proprietário. Ampliação dos mercados e criação da concorrência em espaço global corresponde a um reforço na dominância do capital em geral e a uma diminuição da importância dos agentes individuais e isolados – muito embora estes agentes detenham um poder político e econômico em intenso crescimento no período tratado.

Ligar o termo ‘mundialização’ ao conceito de capital significa dar-se conta de que, graças ao seu fortalecimento e às políticas de liberalização que ganhou de presente em 1979-1981 e cuja imposição foi depois continuamente ampliada, o capital recuperou a possibilidade de voltar a escolher, em total liberdade, quais os países e camadas sociais que têm interesse para ele. (CHESNAIS, 1996, p. 18)

Chesnais postula um “caráter mundializado da concorrência”. Faz isso ao rejeitar a noção de uma “fábrica global” como vaga e pouco descritiva, que possui em seu cerne a noção de uma divisão internacional do trabalho marcada por uma “integração mundial muito extremada, abrangendo inclusive a própria produção industrial, com uma divisão de tarefas mundiais entre filiais” (CHESNAIS, 1996, p. 115).

Em resposta a isso, Chesnais elabora a concorrência mundializada como fruto de dois processos bastante distintos, o primeiro é aquele que ocorre para o pequeno e o médio capital que, não possuindo capacidade de concorrer nos grandes mercados, experimentam a abertura internacional como uma grande ameaça. Companhias, às vezes com caráter artesanal, sofrem as diretas consequências “das leis coercitivas da produção capitalista [que podem ser lidas como subordinação ao funcionamento do capital em geral] às quais a liberação e a desregulamentação devolveram toda a sua potência devastadora” (Idem). Por outro lado, para os grandes grupos esse movimento representa a recuperação da “liberdade de ação, em particular a de poder organizar a produção, integrando as vantagens proporcionadas por diferentes aparatos produtivos ou sistemas nacionais de inovação, explorando os diferenciais no custo de mão de obra” (Idem, p. 116).

Trata-se de um movimento real, que toma como base a pluralidade de capitais para instaurar o globo inteiro como um espaço único de valorização. Faz-se sucumbir e se subordina pequenos e médios capitais, inserindo-os na maior parte das vezes na rede internacional de transferência de mais-valia para os grandes grupos com suas vantagens em termos de capital constante e poder político-econômico. Os grandes capitais, de propriedade impessoal e de gestão técnica calcada na valorização direta das ações (e por isso cada vez mais assemelhados à abstração do capital em geral), tomam para si o globo. Segundo Chesnais:

[...] Essa situação nova não é produto da ‘estratégia’ de uma empresa, nem sequer de várias. Representa o resultado de um movimento de conjunto, no qual os

acontecimentos políticos cumpriram um papel muito importante. As estratégias das companhias integraram-se como componentes desse movimento [...] Mesmo tomando ‘indústria’ (Idem)

Esta citação evoca a análise do movimento histórico através de uma perspectiva dialética – sem operar por lógica de agentes, nem tampouco sucumbir à teleologia da história. Em suma, é capaz de dar elementos para reconhecer na realidade concreta elementos que mostram a imposição de uma abstração real no curso dos eventos. Tal como Marx, antes mesmo de apreender a lei geral de acumulação capitalista e o processo de concentração e centralização dos capitais, aponta a concorrência como forma de relação do capital consigo mesmo, em um movimento no qual capital repele capital ao se por nas relações de concorrência. (ROSDOLSKY, 2001, p. 49-56)

Rosdolsky cita uma carta de Marx na qual este exprime um interessante juízo sobre o crédito: enquanto concorrencialmente tem-se “a ‘ação de capital sobre capital’, o que pressupõe a pluralidade de capitais; no crédito ‘o capital aparece, diante dos diferentes capitais, como um elemento geral’ [...] trata-se do movimento real de capitais concretos, do capital em sua realidade” (ROSDOLSKY, 2001, p. 50). O crédito é o primeiro elemento da realidade, dos capitais concretos, que coloca o capital em geral como real e, por ser uma abstração, o posiciona adequadamente como uma *abstração real*. Entrelaçando essa questão com a obra de Chesnais, que trata o crédito como elemento fundamental da finança capitalista, tem-se mais um elemento para a conceituação do reforço contemporâneo à generalidade do capital, relacionado inclusive com a postulada impessoalidade da propriedade acionária e da gestão técnica.

[...] Mas o caráter real do *capital social global* se manifesta com maior clareza no capital dividido por ações, ‘modalidade sob a qual o capital assume sua forma mais acabada, na qual está *posto*, não somente em si, segundo sua substância, mas também segundo sua *forma*, como força e produto social. (ROSDOLSKY, 2001, p. 55)

Talvez o ponto nevrálgico da teoria de Chesnais, tendo em vista seus críticos, seja a questão da autonomia relativa da valorização financeira – que ele denomina de monetária em um primeiro momento (CHESNAIS, 1996, p. 239). Tal afirmação é especialmente problemática se ressaltado o caráter marxista de sua análise. Com efeito, o processo de valorização aparece em Marx como fruto exclusivo da exploração do trabalho vivo pelo capital e, portanto, afirmar a autonomia da valorização monetária é algo bastante problemático. Como é possível obter uma valorização à parte da produção? ¹³

Chesnais aponta a constituição das finanças como uma indústria, consolidada primordialmente nos EUA. No caso, a importante ressalva a ser feita é que não se trata de uma

¹³ Sobre essa questão, autores como Reinaldo Carcanholo e Maurício Sabadini utilizam a noção de lucros fictícios, que demanda ser analisada com atenção em um trabalho futuro.

indústria “diretamente encarada como meio de melhorar o processo de alocação de recursos [... mas], a fim de extrair uma parte da renda mundial” (CHESNAIS, 1996, p. 240). Noutros termos, trata-se do processo de transferência de mais-valia, que termina como um jogo de soma zero e que, apesar de constituir autonomia, se trata de uma “autonomia relativa”. O caráter ilusório dessa “multiplicação dos pães” também é ressaltado por Chesnais, com recurso a Salama e Valier.

No entanto, após localizar a finança como “O campo mais avançado da mundialização”, ele ressalta a imensa discrepância em magnitude entre a circulação mundial de mercadorias e a circulação financeira. A ordem dessa discrepância, de acordo com dados do BIS, GATT e OCDE, é tal que a transação efetiva de “mercadorias representaria *apenas 3%* do montante das transações diárias nos mercados de câmbio” (CHESNAIS, 1996, p. 244). Tal deslocamento, pode-se especular, talvez seja o dobro ou maior, devido ao mecanismo de “fora-de-balanço” que exclui dos balanços bancários a propriedade de derivativos de risco¹⁴. Além disso, a própria velocidade com a qual se “acumula” o capital financeiro, de acordo com dados da OCDE foi, de acordo com Chesnais:

mais de duas vezes e meia mais rápido do que o da formação de capital fixo [...] em 1992 os ativos acumulados eram o dobro do PNB acumulado de todos os países da OCDE juntos, e treze vezes mais do que suas exportações locais. (Idem)

O parágrafo anterior coloca um problema para a lógica de “soma zero” do “jogo da finança”. Caso se tratasse somente de transferência global de valor com substância de trabalho abstrato (ainda que se trate fundamentalmente disso) seria necessário haver um transito equivalente de mercadorias destinadas aos locais que mais acumulassem “riqueza financeira”. Ainda que permaneça como ilusão essa “multiplicação dos pães” via riqueza financeira, o caráter de soma zero parece ser logicamente difícil de ser mantido. Torna-se necessário postular alguma forma de riqueza financeira (fictícia) que possa se acumular de maneira autônoma.

Em outros termos, faz-se necessário perguntar sobre a existência de “lucros fictícios” responsáveis por essa acumulação e, principalmente, sobre como se dá o caráter relativo desta autonomia. Mas não se pode deixar de ter em vista que é impossível um crescimento indefinido dessa riqueza sem substância de trabalho abstrato, como mostram contundentemente as crises relacionadas à supervalorização financeira.

A questão da autonomia deve, conforme Chesnais assevera, ser postulada com muito cuidado. É observável, de fato, uma circulação no “circuito fechado formado pelas transações

¹⁴ Conforme Chesnais explica, o mecanismo de fora-de-balanço principiou a ser utilizado de maneira padrão durante a crise mexicana e representou uma forma de atenuar os efeitos especulativos negativos que a possibilidade de insolvência teria sobre as instituições credoras do terceiro mundo. Posteriormente, essa prática passou a incluir derivativos e demais ativos que aparecerem como decorrentes “da ‘utilização de raciocínios estatísticos e financeiros’”. (CHESNAIS, 1996, p. 267) Como se pode ver, essa prática torna pouco transparentes as atividades financeiras e mascara seus riscos, tendo em vista que diversos ativos bastante distintos podem se enquadrar na definição anterior.

financeiras” (CHESNAIS, 1996, p. 146). Por outro lado, essa circulação monetária subsiste a partir da exploração que ocorre na acumulação de capital funcionante. Os mecanismos de transferência de valor são os mais diversos, tem seu princípio através da transferência da riqueza concentrada na receita dos Estados, por meio da emissão de títulos públicos. Tais títulos se tornaram, na realidade atual, mais do que um simples recurso de financiamento do Estado. Tal é, para Marx, a primeira forma de capital fictício, além de um recurso da acumulação primitiva que, recorrendo à Harvey, se faz presente na atualidade de uma forma de “acumulação por espoliação”.

Em seu relatório anual mais recente, a UNCTAD ressalta que, em decorrência da securitização da dívida pública e da negociação desses títulos nos mercados de obrigações, ‘os rendimentos provenientes de juros, que haviam quase eliminados durante as décadas de anos dourados (...) começaram a aumentar rapidamente. Apareceu assim uma nova classe rentista, que vive da detenção de ativos da dívida pública. [...] Como observa friamente o FMI, ‘os títulos públicos representam a espinha dorsal dos mercados de obrigações mundiais.’ (CHESNAIS, 1996, p. 248)

Outro mecanismo de transferência de mais-valia é o próprio *capital portador de juros*, com sua forma D...D’ ele se apropria diretamente da riqueza potencialmente¹⁵ produzida através de um contrato de dívida assegurado pela norma jurídica. Todavia, ocorre com esse o mesmo que ocorre com a dívida pública: tais contratos são transformados em derivativos e se tornam ativos passíveis de especulação bursátil; a partir desse ponto tornam-se um tipo específico de capital fictício. Nas bolsas o circuito de especulações pode se distanciar daquilo que efetivamente representam e se torna possível criar lucros puramente fictícios, ou, como Chesnais denomina os ganhos variacionais¹⁶, lucros financeiros.

Após haver tratado dos movimentos pelos quais o capital se torna mundializado e, no final do estudo, concluir que a finança é “o campo mais avançado da mundialização” (CHESNAIS, 1996, p. 239-321), Chesnais resgata as categorias marxianas de capital portador de juros e capital fictício. Todavia, neste primeiro momento da análise, ele não dota tais categorias de centralidade, valendo-se com mais frequência da noção de finança, ainda trabalhada de forma vaga. Já a partir de 2004, Chesnais retomou mais enfaticamente a utilização das categorias propostas por Marx, construindo uma nova: *capital de placement* (CHESNAIS, 2005a). Mas é em 2005 que ele retoma, do ponto zero, a leitura de Marx sobre o capital fictício e o capital portador de juros, estabelecendo uma análise teórica e rigorosa dessas categorias dentro de dois textos de Marx: As teorias da mais-valia e o terceiro livro d’O Capital (CHESNAIS, 2005b).

¹⁵ O ponto a ser marcado aqui é o seguinte: por se tratar de uma apropriação garantida pela norma jurídica, o capital portador de juros transforma, de imediato, potência em ato; ou seja, antes que a acumulação aconteça, ou mesmo que ela seja impedida em seu processo, a apropriação da riqueza está garantida ao prestamista por um contrato jurídico.

¹⁶ Lucro variacional é o ganho que se obtém quando se vende um ativo financeiro por um valor superior àquele pelo qual ele foi adquirido. Tal ganho decorre da especulação sobre os ganhos futuros possíveis de se obter com tal ativo e possuem pouquíssimas relações com a realidade da remuneração futura.

As duas faces autonomia do capital portador de juros se põem na medida em que sua relação com o trabalho e a exploração se mostra dupla e contraditória: 1) os juros têm sua fonte direta na mais-valia produzida, no trabalho não pago, e por isso não podem ser vistos como autônomos; 2) devido à diferença entre o capitalista ativo e o prestamista, na aparência não há nenhuma relação entre o capital portador de juros com o trabalhador e sua exploração.

Na primeira sentença não se observa autonomia, os juros decorrem diretamente da exploração do trabalho assalariado, dependentes da produção. Por outro lado, o capital portador de juros põe dois capitalistas numa relação mútua, de um lado o capitalista ativo, tomador do empréstimo, e do outro o capitalista prestamista, possuidor do capital monetário. Nessa segunda forma, o que aparece é que o prestamista não extrai diretamente a mais-valia do trabalho, mas uma parcela sua, por intermédio do capitalista produtor. O capital portador de juros é aqui o criador de uma mediação que o coloca em situação de autonomia relativa, como tratará Chesnais.

Para além daquilo que é dito por Chesnais, apreende-se que esse ponto consiste em uma unidade contraditória entre forma e conteúdo¹⁷. De uma parte, o conteúdo dos juros é a mais-valia explorada – ou o próprio salário, no caso de se tratar de um empréstimo que finalize com o consumo do trabalhador –, nada além disso, não existe qualquer autonomia presente aqui. Sua forma, no entanto, é a de uma relação jurídica, estabelecida por contrato entre dois capitalistas. Na forma, a luta se dá entre dois capitalistas disputando a obtenção da maior parcela possível do mais-valor produzido, no conteúdo é a luta de classe propriamente dita, entre o trabalhador, criador de toda a riqueza social, e o capitalista (seja ele prestamista ou não). Na forma existe autonomia do capital portador de juros, existe o “descolamento” entre esse e o capital produtivo, tal como é constantemente dito pelo pensamento pós-keynesiano. Mas no conteúdo não existe cisão ou independência, a fonte da riqueza apropriada ainda persiste a mesma.

Desta forma, Chesnais se protege das críticas que poderiam ser feitas ao seu trabalho, como a de Eleutério Prado, que afirma a não existência de autonomia do capital portador de juros. Esses autores, de modo geral, se pautam pela origem que os juros têm na mais-valia que o tornam, portanto, dependentes do capital produtivo. Não se trata de um argumento equivocado, pelo contrário, como Chesnais assinala em Marx, a fonte dos juros é mesmo o trabalho não pago. No entanto, existe, na dimensão da forma, uma importante autonomia, autonomia essa que não cessa de ser tratada por diversas correntes econômicas e pelos demais marxistas franceses. Com isso, deve-se

¹⁷ A distinção forma-conteúdo aqui expressa não está diretamente presente na obra de Chesnais, mas é uma apropriação possível e que vai ao encontro de uma leitura da obra de Marx que resgata as formas lógicas desenvolvidas por Hegel na *Ciência da Lógica*, e utilizadas por Marx intensamente nos *Grundrisse*. Chesnais se vale de termos como autonomia relativa, para tratar deste assunto, no entanto, dizer que é relativa não explicita as determinações interiores que fazem o capital portador de juros não ser autônomo de modo absoluto. Para preencher essa lacuna, e propor uma leitura de Marx mais explícita em suas formulações lógicas (seguindo uma tradição iniciada por Lenin e apresentada em seu formato contemporâneo por Rosdolsky e Ruy Fausto), é que se utiliza aqui do par dialético forma-conteúdo.

lembrar de que a forma não pode ser relegada ao segundo plano na obra de Marx, sobretudo em O Capital – sob o risco de incorrer numa hipostasia do conteúdo, muito comum ao materialismo vulgar. Para superar esse desvio, basta lembrar que o próprio fetichismo se origina da forma das mercadorias, não de seu conteúdo¹⁸, bem como da categorização de Marx do capital fictício como “fetiche autômato perfeito”.

Adentrando um pouco mais essa questão, Chesnais faz um importante apontamento:

A expressão “autônomo” é reempregada [por Marx] seguidamente em numerosas repetições. Então, por exemplo, dentro do capítulo XXIII [do livro III d’O capital]: “uma parte do aproveitamento do lucro bruto se cristaliza e devém autônomo sob a forma de juros”. Neste capítulo, essa autonomia é ela mesma portadora de indícios senão de enfrentamento, ao menos de forte diferenciação. Também é abordado neste capítulo: “Nós devemos partir da hipótese que o capitalista financeiro e o capitalista produtivo se afrontam efetivamente, não somente como duas pessoas juridicamente distintas, mas também como indivíduos jogando em papéis totalmente diferentes dentro do processo de produção. Em outras palavras, o mesmo capital efetua entre suas mãos um movimento duplo, totalmente distinto. Uma somente empresta, a outra emprega na produção”. (CHESNAIS, 2005, p. 3. Tradução própria)¹⁹

Com isso, espera-se delinear um caminho para compreender, com o rigor adequado, a noção cara aos marxistas franceses de uma disputa entre frações de classe, de um lado a “finança”, do outro o capital produtivo propriamente dito. Tal como foi exposto na seção anterior ao trazer à tona as contribuições de Duménil e Lévy. Pode-se prosseguir agora à avaliação da crítica feita por Eleutério Prado à esses autores.

3. ELEUTÉRIO PRADO – o pós-grande indústria e a crítica às teses sobre a finança.

Diante das posturas expostas nas seções anteriores e de suas diferenças, podem-se elaborar duas questões gerais sobre a análise do capitalismo recente:

1) o processo histórico de desenvolvimento do capitalismo, sobretudo para descrever as transformações recentes, deve ser tratado a partir da noção de classes e atores econômicos (como em Duménil e Lévy), ou a partir do movimento do capital em geral como sujeito automático?

¹⁸ “De onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho.” (MARX, 1996a, p. 198. Os grifos são nossos)

¹⁹ “L’expression « autonome » est réemployée ensuite à de nombreuses reprises. Ainsi par exemple dans le chapitre XXIII : « une partie du profit brut se cristallise et devient autonome sous forme d’intérêt ». Dans ce chapitre, cette autonomie est même porteuse d’un rapport sinon d’affrontement, tout au moins de forte différenciation. Il y a d’abord ceci : « Nous devons partir de l’hypothèse que le capitaliste financier et le capitaliste productif s’affrontent effectivement, non seulement comme des personnes juridiquement distinctes, mais aussi comme individus jouant dans le procès de production des rôles tout différents. Autrement dit, le même capital effectue entre leurs mains un mouvement double, totalement distinct. L’un le prête seulement, l’autre l’emploie dans la production ».”

2) É adequada a utilização da noção de dominância financeira para tratar o capitalismo recente? Mesmo que se aprimore essa questão fazendo recurso aos conceitos de capital fictício e portador de juros (como faz Chesnais), possuem estes conceitos autonomia suficiente? Como se deve trabalhar com a diferença entre os níveis de abstração dos conceitos finança, agentes institucionais, capital portador de juros e capital fictício?

Pode-se dizer que as teses expostas por Eleutério Prado partem de um mesmo quadro geral: tanto as teses sobre o pós-grande indústria quanto seus textos críticos sobre as leituras marxistas da dominância financeira. Ambas, inspiradas por Ruy Fausto (2002)²⁰, buscam apreender o capital em seu automovimento, como um sujeito automático que pressupõe²¹ o homem, tornando esse último um sujeito negado.

As críticas de Prado à noção de finança guardam semelhanças entre si ao refutarem o “marxismo pé-no-chão” (PRADO, 2012a) como uma análise do capitalismo a partir do desenvolvimento das classes, insistindo que se deve, ao contrário, partir do capital como sujeito de um processo. Essa crítica, como se viu anteriormente, aponta diretamente para a perspectiva de Duménil e Lévy, muito embora não pareça adequada para criticar Chesnais, como faz Prado. Para expor a recorrência do mesmo formato de crítica, cabe recorrer ao exemplo da análise feita por Prado às teses de Duménil & Lévy, mas que o autor extrapola para criticar também Chesnais.

Divirjo dessa tese [de Dumenil & Levy], porque creio que a explanação da emergência do neoliberalismo não deve começar pelas classes, mas sim, deve partir do evoluir da relação de capital em suas formas historicamente determinadas. [...] Eis que começar pela repartição e pelas classes produz um erro típico da economia vulgar que consiste em fazer inferências sobre a natureza do sistema a partir da aparência. [...] Harvey, Dumenil e Levy não caem exatamente nesse erro, mas compartilham do procedimento vulgar que consiste em fazer inferências sobre a natureza do sistema a partir de relações superficiais da circulação dos capitais. (PRADO, 2010a, p. 3-4)

²⁰ O mesmo texto – parte de um capítulo do terceiro tomo de Marx: Lógica e Política (FAUSTO, 2002) – já havia sido publicado anteriormente (FAUSTO, 1989). A versão mais antiga serviu de inspiração para Eleutério Prado em seus textos escritos na década de 1990, no entanto, em sua obra sobre o pós-grande indústria, Prado já utiliza o texto mais recente de Fausto (PRADO, 2005, p. 104). No texto mais recente de Ruy Fausto foram acrescentadas novas seções, tratando sobre os momentos anteriores ao pós-Grande indústria, utilizadas por Prado em seu livro.

²¹ Essa noção de pressuposição forma um par dialético com a noção de posição. Trata-se de uma questão lógica que Ruy Fausto extrai da Ciência da Lógica de Hegel e dos textos de Marx. Tal par de conceitos se assemelha, de acordo com o próprio autor (FAUSTO, 1987, p. 149-200), com a noção aristotélica de potência e ato, com algumas distinções dadas pela própria renovação da disciplina dialética. Uma explicação precisa dessa questão necessitaria de um espaço à parte, tendo em vista que o próprio autor dedicou a ele um longo capítulo exclusivo, no entanto, segue uma delimitação curta e sumária, para fins de acompanhamento do texto. A pressuposição diz respeito ao momento que é necessário à efetividade de algo e que, no entanto, não está posta nele, é meramente pressuposta a sua existência. A posição é o momento em que, de fato, aquilo que estava pressuposto se *põe* como sujeito dentro de uma relação de predicação. No caso do capitalismo, o homem é um sujeito pressuposto, necessário para a existência do capital, sendo, em última instância seu sujeito. No entanto, o sujeito posto, responsável pela lógica das relações entre sujeitos e objetos na relação-capital, é o próprio *capital em geral*. Para melhor compreender essa questão, muito intrigante, mas de difícil apreensão, cabe consultar o autor no original. O final do capítulo quarto do livro *O capital* também pode auxiliar nesse propósito, ao mostrar que antes de entrar como pessoa na relação de capital, o capitalista entra nela como “seu bolso”: “Como portador consciente desse movimento [D ... D’], o possuidor do dinheiro torna-se capitalista. Sua pessoa, ou melhor, seu bolso, é o ponto de partida e o ponto de retorno do dinheiro.” (MARX, 1996a, p. 273)

Outro questionamento posto nesse momento se torna fundamental para compreender também as teses próprias de Prado. As atuais mudanças no capitalismo – tal como descritas por Chesnais e Harvey – seriam mesmo a mudança de um regime de acumulação²², no interior de um modo de produção ou do modo de produção dentro do modo de produção capitalista?

Cabe ressaltar que o ponto anterior aparenta, dentro dos textos escritos por Eleutério Prado, alguma ambiguidade e certa confusão. Na resenha sobre François Chesnais, Prado (2010a) utiliza a noção de pós-grande indústria como uma mudança no interior do modo de produção capitalista. Contudo, nos demais textos diz tratar de um modo de produção dentro do modo de produção capitalista. Nestes, Prado diz haver, no interior do capitalismo, três modos de produção: manufatura, grande indústria e pós-grande indústria. Cada qual se diferenciando do outro por dois fatores: 1) o modo de subsunção do trabalhador ao capital e 2) a forma de existência do valor.

Com essa “taxonomia” Prado define a manufatura como o modo de produção que subsume o trabalhador de modo meramente formal e a criação de valor ainda não possui centralidade total, com as habilidades específicas de cada artesão sendo mais relevantes que o tempo de trabalho socialmente necessário. Já na grande indústria, em sua leitura, o sistema de máquinas torna o trabalhador seu mero apêndice²³, dando absoluta centralidade ao tempo de trabalho como determinante do valor, a subsunção formal do trabalhador se torna real e material. No pós-grande indústria Prado ora diz se tratar de uma subsunção formal-espiritual (PRADO, 2010a, p. 8), ora intelectual (PRADO, 2005, p. 104), mas, em ambos os textos, trata-se da subordinação a uma lógica cibernética, caracterizada pela recursão. Ademais, a criatividade e os aspectos do trabalho concreto superam o tempo de trabalho socialmente necessário como determinação do valor, tal é a desmedida do valor para Prado.²⁴

²² I.e. formas particulares de produzir, acumular e distribuir o excedente socialmente produzido que, embora não deixem de pertencer ao capitalismo como modo de produção, modificam a *forma* com que este se relaciona com o trabalho e com a mais-valia. Esses regimes conheceram uma sucessão histórica, passando do taylorismo ao fordismo e deste ao atual toyotismo. Cada um desses regimes conhece a predominância de alguma forma específica de capital, no fordismo teria sido o capital industrial, enquanto no período atual o *capital financeiro* seria o eixo nevrálgico. Além disso, cada particular regime de acumulação, com sua figura dominante, possuiria também um *modo de regulação* das relações sociais como um todo, capaz de manter a subordinação dos trabalhadores e a coesão geral da sociedade em torno do objetivo máximo: a reprodução ampliada do capital, capitaneada pela forma predominante pertinente. Essa nomenclatura, muito utilizada pela Escola da Regulação e por David Harvey, não é tão enfatizada por Chesnais e Duménil e Levy, que preferem caracterizações como “fases” ou mudanças no interior do modo de produção capitalista. Prado, ao atribuir aos marxistas franceses essa nomenclatura os imputa com uma influência da Escola da Regulação que pode ser questionada, embora isso não seja feito aqui, por fugir do objetivo deste trabalho.

²³ Esse ponto se encontra definido por Marx tanto nos Grundrisse (MARX, 2011) quanto em O Capital: “Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, ele serve a máquina. Lá, é dele que parte o movimento do meio de trabalho; aqui ele precisa acompanhar o movimento. Na manufatura, os trabalhadores constituem membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, há um mecanismo morto, independente deles, ao qual são incorporados como um apêndice vivo.” (MARX, 1996b, p. 55)

²⁴ Para demarcar o pós-grande indústria, ele diz se basear em um texto de Ruy Fausto (FAUSTO, 2002). Entretanto, Fausto utiliza a noção de formas sociais do capitalismo, ao invés de modos de produção no interior do modo de produção capitalista. Talvez se deva questionar o rigor da definição dada por Prado. Iniciando por sua forma de utilização da obra de Ruy Fausto (uma das principais referências de Prado em sua noção de pós-grande indústria). Mas prosseguindo criticando sua leitura do corpus marxiano, sobretudo do fragmento das máquinas dos Grundrisse. Tendo

Um caso similar ocorre com a noção de dominação espiritual do trabalhador pelo capital no pós-grande indústria, conforme já foi enunciado. Muito embora a noção tenha sido cunhada por Ruy Fausto, nesse autor ela aparece como uma clara referência ao conceito hegeliano de *Geist*²⁵. Prado não explicita essa leitura e sua utilização de “espírito” e “dominação espiritual” não exhibe quaisquer pontuações conceituais, abrindo espaço para uma leitura mais cotidiana de espírito enquanto palavra ordinária do léxico, carregada de sentidos místicos.

Prosseguindo, Eleutério também critica a utilização do termo *finança*, comum aos textos dos citados autores franceses até o final da década de 1990²⁶. Porém, essa crítica particular possui menor interesse, dado que ela não é feita exclusivamente por Eleutério²⁷ e não possui muita centralidade neste debate. O ponto nevrálgico aparecerá quando ele passa a criticar a noção de *capital portador de juros*, utilizada por Chesnais em seus textos mais recentes.

Quanto a isso, Eleutério (2010b) afirma que o *capital portador de juros* não possui exterioridade com relação à produção, conforme postula Chesnais (2005). Segundo o autor da crítica, o ciclo D-D-M-D'-D', característico do *capital portador de juros*, depende, intrinsecamente, do ciclo D-M-D' interior, característico do capital industrial e, destarte, não seria possível falar de autonomia e predominância da forma portadora de juros do capital.

Não é um equívoco afirmar que o ciclo do capital portador de juros depende do ciclo interno da acumulação produtiva. Isso se deve ao fato de que toda a riqueza capitalista tem sua origem na produção e na exploração de mais-valia. Nesse sentido, a taxa de juros é uma punção da mais-valia produzida e dela depende diretamente, não devendo ser pensada como autônoma. No entanto, como foi mostrado na seção anterior, Chesnais marca esse traço com precisão não abrindo flancos para esse tipo de crítica. Cabe ressaltar que o autor procede a uma precisão, em nota de rodapé (PRADO, 2010b, p. 2), dizendo que Chesnais se referia ao capital fictício e que este, de fato, não depende do ciclo interno do capital produtivo. Neste caso, segundo ele, seria possível falar em autonomia do capital fictício frente ao produtivo.

Mas ainda que se ignorassem essas ressalvas, se perde de vista a autonomia relativa que já existe no próprio capital portador de juros, como visto na seção anterior. Sobre isso, é

em vista que a definição de modos de produção no interior de modos de produção não é utilizada por nenhum dos dois. Ademais, a leitura usual do pós-grande indústria no “fragmento das máquinas” considera esse momento somente após o fim do capitalismo. Executar essa crítica, no entanto, extrapola os limites deste trabalho e não será feita aqui.

²⁵ “Assim, já não se tem mais [no pós-grande indústria], propriamente, um objeto artificial. Antes uma espécie de objeto intelectual ou espiritual [...]. O autômato é agora autômato *espiritual*, não simples autômato ‘vivo’. Passa-se do conceito de vida, ou da vida como conceito (cf. a Lógica de Hegel), ao conceito de espírito.” (FAUSTO, 1989, p. 58-59)

²⁶ Ao passo que Chesnais utiliza a noção de *finança* de modo aparentemente vago em seus textos escritos durante a década de 1990, referindo-se a um setor da indústria (CHESNAIS, 1996, p. 239) ou a um grupo de investidores institucionais (CHESNAIS, 1998, p. 12); Duménil e Lévy a definem, logo de início, de um modo bastante claro, como foi exposto na primeira seção, e prosseguem utilizando a noção da mesma maneira até seus textos mais atuais. Todavia, nos textos escritos a partir dos anos 2000 Chesnais começa a utilizar a noção de capital portador de juros, fazendo referência direta ao termo utilizado por Marx no O capital e, em seus textos mais recentes, aumenta ainda mais seu grau de precisão conceitual, se referindo ao capital fictício diretamente a partir da seção V do livro III d'O Capital.

²⁷ Cf. (CARCANHOLO, 2001) e (CARCANHOLO e NAKATANI, 1999)

fundamental notar que Marx (1988b, p. 241-254) postula que o capital portador de juros se delimita em uma relação jurídica de apropriação e que não lhe importa se o valor emprestado como capital é ou não utilizado de forma capitalista. Qualquer capital de empréstimo pode ser utilizado pelo consumidor final como forma de quitar compromissos ou adquirir bens e, dessa forma, não ser capital fora das mãos do prestamista. Além disso, a mais-valia produzida pode não ser realizada no mercado (o D' pode não conter mais valor que D) e, ainda assim, a relação jurídica obriga ao devedor que pague a quantia inicial acrescida de mais-valor na forma de juros. Ou seja, o capital portador de juros (que torna em ato imediato a potencialidade do dinheiro ser capital) sempre se efetiva como capital, mesmo que não atravesse a produção capitalista ou que essa não se realize no mercado e é, portanto, relativamente autônomo.

O capital portador de juros consiste em direitos de apropriação sobre uma parcela da riqueza social, independente de se esta foi ou fruto de mais valia diretamente realizada no mercado. Trata-se aqui de uma unidade dialética (que envolve uma contradição), do lado do conteúdo das relações sociais capitalistas, toda riqueza é fruto da mais-valia produzida no mercado e, destarte, não se pode falar de autonomia. Por outro lado, na dimensão das formas sociais, a autonomia é completa, pois trata-se de uma relação jurídica que estabelece *ex ante facto* o direito de apropriação de uma taxa de juros.

Ainda nessa esfera, Eleutério prossegue criticando Chesnais por estabelecer a finança (utilizada como sinônimo de capital portador de juros ou de capital fictício) com um poder de dominação relativa perante o capital em geral:

[...] não se trata de uma questão de relatividade, mas de contradição: a autonomia da esfera financeira vem a ser negada pela essência da relação de capital, a qual põe objetivamente a não autonomia da esfera financeira em relação à produção. (PRADO, 2010b, p. 3)

O ponto levantado por Eleutério é correto, a esfera financeira é efetivamente negada pelas limitações da própria relação de capital que depende, acima de tudo, da extração de mais-valia na produção para acumulação. Entretanto, uma resposta não pode, para ser dialética, consistir em somente um polo, mesmo que seja o polo do conteúdo. O que deve ser objetado aqui é o seguinte: a “finança”, desde sua autonomização através do capital portador de juros, se coloca como uma negação das relações produtivas mais simples. Ao se definir como uma esfera de apropriação defendida pelas formas jurídicas do Estado burguês, ela também se coloca como uma negação do capital produtivo. Isso aparece de forma clara no momento em que um capital não realizado no mercado precisar pagar sua dívida com o capitalista prestamista e isso incorrer no prejuízo dos futuros ciclos de acumulação real.

CONCLUSÃO

Em suma, a esfera da finança é negada pelo capital produtivo, mas também o nega em seu movimento. Em última instância, será a correlação de forças no interior do momento histórico particular a responsável por determinar qual das duas esferas irá manter o predomínio e atuar na negação de seu outro. É justamente quanto à correlação de forças e ao momento histórico particular que se deve atentar para o poder da finança como conjunto de atores econômicos e políticos, ou de fração de classe. Aqui se deve passar da análise do movimento do capital em geral para a análise da pluralidade dos capitais, da luta de classes e da concorrência, dando razão aos movimentos estabelecidos por Duménil e Lévy.

Partindo do que foi acima enunciado, deve-se dar razão também às teses de Chesnais sobre a finança, rejeitando esse momento da crítica de Eleutério. É, pois, possível argumentar que em algum momento histórico o capital portador de juros – ou suas formas mais desenvolvidas – possa exercer dominância relativa frente ao capital em geral, ou ao capital produtivo, de modo específico. Isso se torna ainda mais expressivo ao se considerar a noção de *regimes de acumulação* ou fases como *forma particular* histórica da relação de capital. Ruy Fausto, que inspirou Eleutério a retrabalhar – à sua maneira – a noção de pós-grande indústria, utiliza a terminologia *formas sociais particulares* no interior do capitalismo para caracterizar a manufatura, a grande indústria e o pós-grande indústria. Ao invés de utilizar, como Prado, a noção de modos de produção acoplados. Muito embora o registro teórico de Fausto seja distinto daquele utilizado por Chesnais, não parece haver razão para dizer que sejam incompatíveis.

Eleutério (2010b) ainda afirma que se deve partir do interior da estrutura de O Capital para compreender o capitalismo, não de estruturas alheias (como a noção de regimes de acumulação, oriunda da Escola da Regulação, nos textos iniciais de Aglietta). Mas é justamente sob esse pano de fundo que parte de suas críticas deve ser analisada e que pode ser refutada, como foi feito nos casos acima referidos. Ademais, pode ser atribuída à Marx a concepção de que no interior da existência do capital como universal concreto e determinante central da sociabilidade humana, formas particulares podem advir das contingências históricas e do próprio movimento das contradições no capital em geral. Nada impede que se denomine (como faz Chesnais) essas formas particulares de *regimes de acumulação*, aonde se levam em consideração, além das características econômicas, determinantes ideológicos, políticos e culturais [como também procede Harvey (2011a)].

Por fim, deve-se referenciar que, conforme Prado assevera, o capital possui sempre um fim em si mesmo, e que isso não se limita a uma exclusividade da finança. Neste sentido, a noção de finança seria insuficiente para tratar do que possa vir a existir de novo no capitalismo. Basta

observar o final do terceiro e o quarto capítulo do livro I de O Capital de Marx para dar razão a esse posicionamento. De fato, a ênfase posta por Eleutério neste ponto é bastante justificável. Observam-se aqui como os textos dos defensores das teses sobre a finança, por vezes, dão a entender que existe algo de novo no simples fato do capital fictício encontrar um fim em si mesmo (observável em seu ciclo direto D-D'). Além disso, a forma do capital portador de juros, em si mesma, não é nova e é a partir deste ponto que se passa ao principal elemento das teses sobre a pós-grande indústria:

É preciso ver que o capital portador de juros subordina hoje a produção de uma forma que não é em si mesma estruturalmente nova, mas o faz com uma intensidade nova e de um modo novíssimo ligado à emergência da ciência-capital, do conhecimento-capital. [...] Não se trata hoje, pois, de dominância do capital financeiro sobre o capital atrelado à produção de mercadorias, mas de dominância da forma financeira do capital, ou seja, da forma 'capital portador de juros'. (PRADO, 2010b, p. 3)

Todavia, as melhores contribuições que defendem as teses sobre a finança, como foi visto nas seções anteriores, não cometem o equívoco de considerar essa última como algo de novo em si. Mas, ainda assim, percebem-na como possuidora de relevância e abrangência ímpar no capitalismo atual. Devido a isso, pensam na emergência de uma nova *forma particular* do capitalismo, chamada por eles de regime de acumulação com dominância financeira (ou do capital fictício, nos textos mais recentes de Chesnais). Quanto a essa questão, muito pouco, ou mesmo nada, pode ser objetado do ponto de vista da dialética das formas sociais.

Diante disso, Eleutério Prado parte da afirmação de que o capital portador de juros não é em si novo no capitalismo – e que, por isso, não deve ser o elemento utilizado para definir o estágio atual. Somente para, dessa afirmação, promover um salto. Conclui, então, que a emergência do conhecimento-capital é o principal elemento novo da contemporaneidade e que este possui uma “forma financeira” de reprodução que se assemelha à do capital portador de juros. Deve-se observar aqui que, do ponto de vista estritamente lógico, descaracterizar uma forma de análise não é o suficiente para afirmar a veracidade de outra distinta.

Ao se observarem os Grundrisse (MARX, 2011), sobretudo o célebre “fragmento das máquinas”, nota-se que é possível pensar com rigor dialético em uma redução qualitativa (gradual ou não) da relevância do papel do trabalho abstrato na produção social. Porém, é possível ler essa passagem com bastante rigor e obter uma interpretação bastante diversa da utilizada por Prado, inferindo que Marx tratou, neste ponto, de uma sociedade pós-capitalista. Destarte, deve-se ter em vista ser esse um terreno de controvérsias – muito embora o autor do presente texto compartilhe da interpretação acima, diversa à leitura de Prado e indicada por Fausto. Portanto, não se pretende, neste trabalho, dar um veredito sobre essa questão, para a qual seria necessário um estudo focado.

A forma com a qual as “mercadorias-conhecimento”, softwares, e-books etc., geram renda ainda não foi suficientemente explorada. Resta saber se se trata da mesma forma do capital portador de juros (Prado, 2010b, 2005), de uma forma similar à renda da terra (PAULANI, 2011) ou de outra que ainda deva ser especificada. O debate é relevante e nele está a contribuição de Eleutério Prado. Por outro lado, a linha de argumentação deste trabalho tentou mostrar que a sua crítica aos defensores de um período de dominância financeira é insuficiente. Assim sendo, a conclusão aponta para a necessidade de avaliar, futuramente, a literatura que envolve os ganhos oriundos de “mercadorias-conhecimento”. Mas, ao mesmo tempo, não se trata de abandonar, em nenhuma hipótese, o tratamento do caráter financeiro da economia atual. Esse último, embora tratado mais extensivamente pela literatura crítica, ainda se encontra longe do esgotamento, bem como da resolução.

REFERÊNCIAS

CARCANHOLO, R. O capital especulativo e a desmaterialização do dinheiro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 8, p. 26-45, junho 2001.

CARCANHOLO, R. A.; NAKATANI, P. Capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital fictício, característico da globalização. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, p. 264304, Junho 1999.

CARCANHOLO, R. A.; SABADINI, M. Capital ficticio y ganancias ficticias. **Herramienta**, Buenos Aires, v. 37, Março 2008.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, F. (Org.). **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

CHESNAIS, F.; DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Capital Ressurgent: Roots of the neoliberal revolution**. Cambridge, London: Harvard University Press, 2004.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005. p. 84-108.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **Crisis y salida de la crisis: Orden y desorden neoliberales**. Ciudad de Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2007.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. A finança capitalista: relações de produção e relações de classe. In:

- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v. 3, 1988a.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v. 4, 1988b.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v. 5, 1988c.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v. 1, 1996a.
- MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Nova Cultural, v. 2, 1996b.
- MARX, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, v. 1, 2011.
- PRADO, E. **Desmedida do Valor**: crítica do pós-grande indústria. São Paulo: Xamã, 2005.
- PRADO, E. Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo: qual a relação? **Economia e complexidade**, 2010. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>>. Acesso em: 12 dezembro 2011.
- PRADO, E. Economia e complexidade. **Capital Financeiro e Capitalismo Contemporâneo**: qual a relação?, 2010a. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-posicao-2.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2012.
- PRADO, E. Economia e Complexidade. **Resenha de A Finança Mundializada – raízes sociais e políticas, configuração, consequências.**, 2010b. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2010/07/baixar-resenha-32.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2012.
- PRADO, E. Economia e Complexidade. **O marxismo pé-no-chão de David Harvey**, 2012a. Disponível em: <<http://eleuterioprado.files.wordpress.com/2012/02/baixar-texto-243.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2012.
- PRADO, E. Posição e desmedida do valor. **Economia e complexidade**, São Paulo, 2012b. Disponível em: <<https://eleuterioprado.files.wordpress.com/2011/11/baixar-texto-23-texto.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2012.
- ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.